

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**

**EDITAL DE RETIFICAÇÃO IV - CONCURSO PÚBLICO – 05/2015**

1. A Prefeitura Municipal de Santo André torna pública a retificação do Edital 05/2015, publicado em 16/09/2015, na seguinte conformidade:

2. Ficam alterados os itens do Edital 05/2015, abaixo identificados, na seguinte conformidade:

ONDE SE LÊ:

**ANEXO III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**5.3 CARGO: GUARDA MUNICIPAL 3ª. CLASSE:**

CONSTITUIÇÃO FEDERAL: Artigos 5º, 6º e 144. Link para pesquisa: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm).

CÓDIGO PENAL (art. 121 a 129; art. 146 a 150; art. 155 a 159 e art. 312 a 327). [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/del2848.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/del2848.htm).

CODIGO DE PROCESSO PENAL: Capítulo sobre Prisão em Flagrante (art. 301 a 310). <http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/Del3689Compilado.htm>.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE): Disposições Preliminares (art. 1º ao 6º); Da Prática de Ato Infracional (art. 103 ao 109); Do Conselho Tutelar (art. 131 ao 137) e Dos Crimes (art. 225 ao 244B). Link para pesquisa: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8069.htm>.

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 (ESTATUTO DO IDOSO): Disposições preliminares (art. 1º ao 7º) e Dos Crimes em Espécie (art. 95 a 108). Link para pesquisa: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2003/L10.741.htm>.

LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 (ESTATUTO DO DESARMAMENTO): Do Porte (art. 6º ao 11ª); Dos Crimes e das Penas (art.12 ao 21). Link para pesquisa: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.826.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.826.htm).

LEI Nº 11.340 DE 07 DE AGOSTO DE 2006 (LEI “MARIA DA PENHA”): Art. 1º ao 7º. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11340.htm).

LEI Nº 4.898, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1965 (LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE): Art. 3º ao 6º. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4898.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4898.htm).

Lei Orgânica do Município.

Realidade do município de SANTO ANDRÉ: história; aspectos sociais, econômicos características da cidade e orientação geográfica do município.

**5.4 CARGO: AGENTE AMBIENTAL:**

Informática: Office (Word, Excel e internet).

CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988. Título VIII, Capítulo VI - Do Meio Ambiente.

POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (Lei Federal 6938/1981).

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (Lei Federal 9795/99).

LEI DE CRIMES AMBIENTAIS (Lei Federal 9605/1998).

DECRETO FEDERAL 6.514/2008 (dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações e dá outras providências).

LEI FEDERAL 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública).

LEI FEDERAL 12.651/2012 (Codigo Florestal).

LEI FEDERAL 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica)

LEI COMPLEMENTAR 140/2011.

LEI ESTADUAL 13.579/2009 (Lei APRM-Billings) e Decreto Estadual 55.342/2010

LEI MUNICIPAL 8696/2004 e alterações;

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ

LEI MUNICIPAL 8.065/2000 (Código de Obras e Edificações de Santo André);

LEI MUNICIPAL Nº 8.696, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2004 Plano Diretor Municipal.

LEI MUNICIPAL Nº 7.733, DE 14 DE OUTUBRO DE 1998 - Dispõe sobre a Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental.

DECRETO MUNICIPAL Nº 14.300, DE 26 DE ABRIL DE 1999 - Procedimentos de Fiscalização e Atribuição de Penalidades.

DECRETO MUNICIPAL Nº 14.311, DE 20 DE MAIO DE 1999 - Destinação de Esgoto nas Bacias Hidrográficas dos rios Grande, Pequeno e Mogi.

DECRETO MUNICIPAL Nº 14.445, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1999 - Corte de árvores isoladas, poda de árvores e penalidades para Supressão de Vegetação nas Bacias Hidrográficas dos rios Grande, Pequeno e Mogi.

DECRETO MUNICIPAL Nº 14.446, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1999 - Estabelece normas para a realização de obra e de movimento de terra nas Bacias Hidrográficas dos rios Grande, Pequeno e Mogi.

DECRETO MUNICIPAL Nº 14.824, DE 24 DE SETEMBRO DE 2002 - Padrões de emissão e controle da Poluição Sonora nas atividades urbanas.

DECRETO MUNICIPAL Nº 15.014, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2003 - Altera o Decreto 14.445/1999.

DECRETO MUNICIPAL Nº 16.537, DE 17 DE JULHO DE 2014 - Procedimentos para o Licenciamento Ambiental de empreendimentos e atividades.

**OBS: a legislação municipal está disponível para consulta pública no sítio da Câmara Municipal de Santo André, na internet, por meio de link específico para a página de consulta à legislação municipal.**

## **6.2 CARGO: TÉCNICO DE CONTABILIDADE:**

Campo de aplicação da Contabilidade Pública: objeto, fins e preceitos legais. Princípios Fundamentais de Contabilidade sob a perspectiva do setor público. Classificação das Receitas e Despesas. Classificação dos recursos vinculados. Patrimônio das entidades públicas: conceito, aspectos qualitativo e quantitativo. Patrimônio financeiro e patrimônio permanente: composição, características e diferenciação. Avaliação dos componentes patrimoniais. Bens públicos, dívida ativa e dívida pública: aspectos contábeis. Despesa pública: os conceitos sob os enfoques patrimonial e orçamentário, estrutura da codificação orçamentária da despesa, reconhecimento da despesa segundo os regimes contábeis, aspectos contábeis. Ingressos e dispêndios extra-orçamentários: conceito, classificação, aspectos contábeis. Período administrativo e exercício financeiro. Regimes contábeis. O regime de adiantamento de numerário. Execução orçamentária e financeira descentralizada: conceitualização, classificação e aspectos contábeis. Determinação dos resultados orçamentário, financeiro e econômico (patrimonial) do exercício. Balanços orçamentário, financeiro e patrimonial e demonstração das variações patrimoniais: conteúdo, finalidade, levantamento, análise, inter-relação. Ordenador de despesa: conceito, delegação de competência. Controle interno na administração pública: importância, finalidade, características. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000): os instrumentos da transparência da gestão fiscal e a fiscalização da gestão fiscal. Receita corrente líquida: conceito e apuração. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16) e Lei Federal 4320 de 17 de março de 1964. Modalidades de Licitações, limites de dispensa e regras gerais para contratação com o Poder Público Municipal. (Lei Federal 8.666/93 e suas alterações).

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Lei Complementar 101/2000 - Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal.

Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

## **7.1 CARGO: CONTADOR:**

**Contabilidade Geral:** Princípios Fundamentais de Contabilidade (Resoluções nº 750/93, 774/94 e 900/01 do Conselho Federal de Contabilidade). Conceito, noções básicas, objeto, finalidade, funções. Patrimônio: conceito, bens, direitos e obrigações. Equação patrimonial, origem e aplicação de recursos. Conceitos contábeis básicos: contas, lançamentos, método das partidas dobradas. Balanço patrimonial: apresentação e composição. Apresentação da demonstração do resultado. Tipos de sociedades. Comitê de Pronunciamentos Contábeis: pronunciamentos técnicos.

**Contabilidade Pública:** Conceito, campo de atuação e regimes contábeis. Orçamento Público: conceito, tipos e princípios orçamentários. Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Orçamento Anual. Elaboração, aprovação, execução e avaliação do Orçamento. Classificação institucional e funcional programática. Receita Pública: conceito e classificação. Receita Orçamentária. Receita Extra orçamentária. Codificação, estágios, restituição e anulação de Receitas. Dívida Ativa. Despesa Pública: conceito e classificação. Despesa orçamentária e despesa extra orçamentária. Classificação Econômica. Classificação Funcional-Programática. Codificação. Estágios. Restos a Pagar. Dívida Pública. Regime de adiantamento. Créditos adicionais. Escrituração das operações típicas das entidades públicas: do Sistema Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e de Compensação. Balanço Orçamentário. Balanço Financeiro. Balanço Patrimonial. Demonstração das Variações Patrimoniais. Auditoria: Procedimentos preparatórios e administrativos da Auditoria. Princípios de contabilidade geralmente aceitos. Normas gerais de Auditoria. Controle interno. Demonstrações contábeis. Contabilidade e Gestão Pública: A contabilidade em

entidades públicas governamentais. A contabilidade em entidades do Terceiro Setor. O resultado econômico em Entidades Públicas. A legislação e execução orçamentária. A contabilidade de custos em entidades públicas. Efeito distributivo das políticas sociais. A controladoria e a governança na Gestão Pública. O papel do governo na preservação do meio ambiente. As organizações sociais na reforma do Estado Brasileiro. A provisão de Serviços Sociais através de organizações. Organizações públicas não estatais: aspectos gerais. Parcerias público-privadas: Aspectos contábeis. Bens de infraestrutura: Aspectos contábeis.

**Noções de Direito Administrativo:** Licitação: conceito, princípios, finalidade e objeto, obrigatoriedade; normas gerais e suplementares de licitação e contratos (Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e alterações vigentes); dispensa; inexigibilidade e vedação; modalidades e tipos de licitação; procedimento; revogação e anulação; recursos; sanções. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal). Lei 9.717/1998 (acessível no sítio [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)) Manual Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (acessível no sítio [www.inss.gov.br](http://www.inss.gov.br)) acessível no sítio [www.inss.gov.br](http://www.inss.gov.br)) Resolução CMN 3.922/2010 (Conselho Monetário Nacional – acessível no [www.bcb.gov.br/?CMN](http://www.bcb.gov.br/?CMN)) Noções de estatística.

#### **7.4 CARGO: SOCIÓLOGO II:**

O contexto histórico do surgimento da sociologia: as revoluções econômicas e políticas do século XVIII e as transformações sociais do século XIX; a construção do objeto da sociologia em Émile Durkheim e Max Weber; a contribuição marxista e a crítica do capitalismo e da modernidade. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”; métodos quantitativos na sociologia; sociologia da burocracia no Brasil. Sociologia e globalização: emprego e automação; novas relações de trabalho; movimentos sociais; políticas fundiárias; aspectos globais; trabalho e meio ambiente; o papel da sociologia na sociedade contemporânea. Sociologia urbana: Castells, Lefebvre, a pós-modernidade. Processo de urbanização brasileira. Estatuto da Cidade. Conselho das Cidades: Decreto nº 5.790, de 25 de maio de 2006. Pesquisa social: modalidades qualitativas e quantitativas. Níveis de pesquisa: exploratórias, descritivas e explicativas. Técnicas e recursos da pesquisa. Elementos básicos constitutivos de um projeto de pesquisa. A relação pesquisa e ética.

LOAS - Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

NOB SUAS, Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Estatuto do Idoso.

Carta de Salamanca.

Lei Maria da Penha.

#### **7.5 CARGO: ARQUITETO II:**

- História da Arquitetura e Urbanismo
- Projeto Arquitetônico / Conforto Ambiental
- Tecnologia da Construção e Materiais
- Planejamento Urbano
- Legislação Municipal:
- Estatuto das cidades – Lei Federal n.º 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana.
- Plano Diretor do Município de Santo André - Lei Municipal n.º 8.696, de 17 de dezembro de 2004.
- Código de Obras Municipal – Lei Municipal n.º 8.065, de 13 de julho de 2000.
- Conhecimentos em programas de geoprocessamento (GEOMEDIA),
- Desenho assistido por computador (AUTOCAD),
- Edição de imagem (PHOTOSHOP),
- Modelagem 3D (SKETCHUP) e
- Noções dos Programas do Pacote Office

#### **7.7 CARGO: ENGENHEIRO II – CIVIL:**

- Lei de Licitação

Lei n.º 8.666/93, de 21 de Junho de 1993

Lei n.º 8.883/94, de 08 de Junho de 1994

- Código de Obras e Edificações de Santo André - COESA

Lei n.º 8.065, de 13 de julho de 2000

Decreto n.º 14.587, de 05 de Dezembro de 2000

- Lei de Uso e Ocupação de Solo – LUOPS

Lei n.º 8.836, de 10 de Maio de 2006

- Plano Diretor do Município de Santo André

Lei 8.696, de 17 de Dezembro de 2004

- Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental – SEMASA

Lei n.º 7.733, de 14 de Outubro de 1998 e alterações posteriores  
Decreto n.º 15.091, de 08 de Julho de 2004

...

LEIA-SE:

### ANEXO III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### 5.3 CARGO: GUARDA MUNICIPAL 3ª. CLASSE:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL: Artigos 5º, 6º e 144. Link para pesquisa: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm).

CODIGO PENAL (art. 121 a 129; art. 146 a 150; art. 155 a 159 e art. 312 a 327) e alterações posteriores. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/del2848.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/del2848.htm).

CODIGO DE PROCESSO PENAL: Capítulo sobre Prisão em Flagrante (art. 301 a 310) e alterações posteriores. <http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/Del3689Compilado.htm>.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE): Disposições Preliminares (art. 1º ao 6º); Da Prática de Ato Infracional (art. 103 ao 109); Do Conselho Tutelar (art. 131 ao 137) e Dos Crimes (art. 225 ao 244B) e alterações posteriores. Link para pesquisa: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8069.htm>.

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 (ESTATUTO DO IDOSO): Disposições preliminares (art. 1º ao 7º) e Dos Crimes em Espécie (art. 95 a 108) e alterações posteriores. Link para pesquisa: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2003/L10.741.htm>.

LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 (ESTATUTO DO DESARMAMENTO): Do Porte (art. 6º ao 11º); Dos Crimes e das Penas (art.12 ao 21) e alterações posteriores. Link para pesquisa: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.826.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.826.htm).

LEI Nº 11.340 DE 07 DE AGOSTO DE 2006 (LEI "MARIA DA PENHA"): Art. 1º ao 7º e alterações posteriores. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm).

LEI Nº 4.898, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1965 (LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE): Art. 3º ao 6º e alterações posteriores. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4898.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4898.htm).

Lei Orgânica do Município.

Realidade do município de SANTO ANDRÉ: história; aspectos sociais, econômicos características da cidade e orientação geográfica do município.

#### 5.4 CARGO: AGENTE AMBIENTAL:

Informática: Office (Word, Excel e internet).

CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988. Título VIII, Capítulo VI - Do Meio Ambiente.

POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (Lei Federal 6938/1981 e alterações posteriores).

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (Lei Federal 9795/99).

LEI DE CRIMES AMBIENTAIS (Lei Federal 9605/1998 e alterações posteriores).

DECRETO FEDERAL 6.514/2008 e alterações posteriores (dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações e dá outras providências).

LEI FEDERAL 7.347/1985 e alterações posteriores (Lei da Ação Civil Pública).

LEI FEDERAL 12.651/2012 e alterações posteriores (Codigo Florestal).

LEI FEDERAL 11.428/2006 e alterações posteriores (Lei da Mata Atlântica)

LEI COMPLEMENTAR 140/2011.

LEI ESTADUAL 13.579/2009 e alterações posteriores (Lei APRM-Billings) e Decreto Estadual 55.342/2010

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ, e alterações posteriores.

LEI MUNICIPAL 8.065/2000 e alterações posteriores (Código de Obras e Edificações de Santo André);

LEI MUNICIPAL Nº 8.696, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2004 e alterações posteriores, Plano Diretor Municipal.

LEI MUNICIPAL Nº 7.733, DE 14 DE OUTUBRO DE 1998 e alterações posteriores - Dispõe sobre a Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental.

DECRETO MUNICIPAL Nº 14.300, DE 26 DE ABRIL DE 1999 e alterações posteriores - Procedimentos de Fiscalização e Atribuição de Penalidades.

DECRETO MUNICIPAL Nº 14.311, DE 20 DE MAIO DE 1999 - Destinação de Esgoto nas Bacias Hidrográficas dos rios Grande, Pequeno e Mogi.

DECRETO MUNICIPAL Nº 14.445, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1999 e alterações posteriores - Corte de árvores isoladas, poda de árvores e penalidades para Supressão de Vegetação nas Bacias Hidrográficas dos rios Grande, Pequeno e Mogi.

DECRETO MUNICIPAL Nº 14.446, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1999 e alterações posteriores - Estabelece normas para a realização de obra e de movimento de terra nas Bacias Hidrográficas dos rios Grande, Pequeno e Mogi.

DECRETO MUNICIPAL Nº 14.824, DE 24 DE SETEMBRO DE 2002 - Padrões de emissão e controle da Poluição Sonora nas atividades urbanas.

DECRETO MUNICIPAL Nº 15.014, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2003 - Altera o Decreto 14.445/1999.  
 DECRETO MUNICIPAL Nº 16.537, DE 17 DE JULHO DE 2014 e alterações posteriores - Procedimentos para o Licenciamento Ambiental de empreendimentos e atividades.

**OBS: a legislação municipal está disponível para consulta pública no sítio da Câmara Municipal de Santo André, na internet, por meio de link específico para a página de consulta à legislação municipal.**

## **6.2 CARGO: TÉCNICO DE CONTABILIDADE:**

Campo de aplicação da Contabilidade Pública: objeto, fins e preceitos legais. Princípios Fundamentais de Contabilidade sob a perspectiva do setor público. Classificação das Receitas e Despesas. Classificação dos recursos vinculados. Patrimônio das entidades públicas: conceito, aspectos qualitativo e quantitativo. Patrimônio financeiro e patrimônio permanente: composição, características e diferenciação. Avaliação dos componentes patrimoniais. Bens públicos, dívida ativa e dívida pública: aspectos contábeis. Despesa pública: os conceitos sob os enfoques patrimonial e orçamentário, estrutura da codificação orçamentária da despesa, reconhecimento da despesa segundo os regimes contábeis, aspectos contábeis. Ingressos e dispêndios extra-orçamentários: conceito, classificação, aspectos contábeis. Período administrativo e exercício financeiro. Regimes contábeis. O regime de adiantamento de numerário. Execução orçamentária e financeira descentralizada: conceituação, classificação e aspectos contábeis. Determinação dos resultados orçamentário, financeiro e econômico (patrimonial) do exercício. Balanços orçamentário, financeiro e patrimonial e demonstração das variações patrimoniais: conteúdo, finalidade, levantamento, análise, inter-relação. Ordenador de despesa: conceito, delegação de competência. Controle interno na administração pública: importância, finalidade, características. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000): os instrumentos da transparência da gestão fiscal e a fiscalização da gestão fiscal. Receita corrente líquida: conceito e apuração. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16) e Lei Federal 4320 de 17 de março de 1964. Modalidades de Licitações, limites de dispensa e regras gerais para contratação com o Poder Público Municipal. (Lei Federal 8.666/93 e suas alterações).

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações posteriores.

Lei Complementar 101/2000 e alterações posteriores - Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal.

Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

## **7.1 CARGO: CONTADOR:**

**Contabilidade Geral:** Princípios Fundamentais de Contabilidade (Resoluções nº 750/93, 774/94 e 900/01 do Conselho Federal de Contabilidade). Conceito, noções básicas, objeto, finalidade, funções. Patrimônio: conceito, bens, direitos e obrigações. Equação patrimonial, origem e aplicação de recursos. Conceitos contábeis básicos: contas, lançamentos, método das partidas dobradas. Balanço patrimonial: apresentação e composição. Apresentação da demonstração do resultado. Tipos de sociedades. Comitê de Pronunciamentos Contábeis: pronunciamentos técnicos.

**Contabilidade Pública:** Conceito, campo de atuação e regimes contábeis. Orçamento Público: conceito, tipos e princípios orçamentários. Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Orçamento Anual. Elaboração, aprovação, execução e avaliação do Orçamento. Classificação institucional e funcional programática. Receita Pública: conceito e classificação. Receita Orçamentária. Receita Extra orçamentária. Codificação, estágios, restituição e anulação de Receitas. Dívida Ativa. Despesa Pública: conceito e classificação. Despesa orçamentária e despesa extra orçamentária. Classificação Econômica. Classificação Funcional-Programática. Codificação. Estágios. Restos a Pagar. Dívida Pública. Regime de adiantamento. Créditos adicionais. Escrituração das operações típicas das entidades públicas: do Sistema Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e de Compensação. Balanço Orçamentário. Balanço Financeiro. Balanço Patrimonial. Demonstração das Variações Patrimoniais. Auditoria: Procedimentos preparatórios e administrativos da Auditoria. Princípios de contabilidade geralmente aceitos. Normas gerais de Auditoria. Controle interno. Demonstrações contábeis. Contabilidade e Gestão Pública: A contabilidade em entidades públicas governamentais. A contabilidade em entidades do Terceiro Setor. O resultado econômico em Entidades Públicas. A legislação e execução orçamentária. A contabilidade de custos em entidades públicas. Efeito distributivo das políticas sociais. A controladoria e a governança na Gestão Pública. O papel do governo na preservação do meio ambiente. As organizações sociais na reforma do Estado Brasileiro. A provisão de Serviços Sociais através de organizações. Organizações públicas não estatais: aspectos gerais. Parcerias público-privadas: Aspectos contábeis. Bens de infraestrutura: Aspectos contábeis.

**Noções de Direito Administrativo:** Licitação: conceito, princípios, finalidade e objeto, obrigatoriedade; normas gerais e suplementares de licitação e contratos (Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e alterações vigentes); dispensa; inexigibilidade e vedação; modalidades e tipos de licitação; procedimento; revogação e anulação; recursos; sanções. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e alterações posteriores (Lei da Responsabilidade Fiscal). Lei 9.717/1998 e alterações posteriores (acessível no sítio [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)) Manual Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (acessível no sítio [www.inss.gov.br](http://www.inss.gov.br)) Resolução CMN 3.922/2010 (Conselho Monetário Nacional – acessível no [www.bcb.gov.br/?CMN](http://www.bcb.gov.br/?CMN)) Noções de estatística.

#### **7.4 CARGO: SOCIÓLOGO II:**

O contexto histórico do surgimento da sociologia: as revoluções econômicas e políticas do século XVIII e as transformações sociais do século XIX; a construção do objeto da sociologia em Émile Durkheim e Max Weber; a contribuição marxista e a crítica do capitalismo e da modernidade. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”; métodos quantitativos na sociologia; sociologia da burocracia no Brasil. Sociologia e globalização: emprego e automação; novas relações de trabalho; movimentos sociais; políticas fundiárias; aspectos globais; trabalho e meio ambiente; o papel da sociologia na sociedade contemporânea. Sociologia urbana: Castells, Lefebvre, a pós-modernidade. Processo de urbanização brasileira. Estatuto da Cidade. Conselho das Cidades: Decreto nº 5.790, de 25 de maio de 2006. Pesquisa social: modalidades qualitativas e quantitativas. Níveis de pesquisa: exploratórias, descritivas e explicativas. Técnicas e recursos da pesquisa. Elementos básicos constitutivos de um projeto de pesquisa. A relação pesquisa e ética.

LOAS - Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e alterações posteriores.

NOB SUAS, Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Estatuto do Idoso.

Carta de Salamanca.

Lei Maria da Penha.

#### **7.5 CARGO: ARQUITETO II:**

- História da Arquitetura e Urbanismo
- Projeto Arquitetônico / Conforto Ambiental
- Tecnologia da Construção e Materiais
- Planejamento Urbano
- Conhecimentos em programas de geoprocessamento (GEOMEDIA),
- Desenho assistido por computador (AUTOCAD),
- Edição de imagem (PHOTOSHOP),
- Modelagem 3D (SKETCHUP) e
- Noções dos Programas do Pacote Office
- Legislação:
  - Estatuto das cidades – Lei Federal n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 e alterações posteriores, que estabelece diretrizes gerais da política urbana.
  - Plano Diretor do Município de Santo André - Lei Municipal n.º 8.696, de 17 de dezembro de 2004 e alterações posteriores.
  - Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento de Solo (LUOPS) – Lei Municipal n.º 8.836, de 10 de Maio de 2006 e alterações posteriores.
  - Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental (SEMASA) - Lei n.º 7.733, de 14 de Outubro de 1998 e alterações posteriores.
- Decreto 16.537, de 17 de julho de 2014 e alterações posteriores.
- Código de Obras Municipal – Lei Municipal n.º 8.065, de 13 de julho de 2000 e alterações posteriores.
- Decreto n.º 14.587, de 05 de Dezembro de 2000.

#### **7.7 CARGO: ENGENHEIRO II – CIVIL:**

- Lei de Licitação
- Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de Junho de 1993 e alterações posteriores
- Lei Federal n.º 8.883/94, de 08 de Junho de 1994
- Código de Obras e Edificações de Santo André - COESA
- Lei Municipal n.º 8.065, de 13 de julho de 2000 e alterações posteriores
- Decreto n.º 14.587, de 05 de Dezembro de 2000
- Lei de Uso e Ocupação de Solo – LUOPS
- Lei Municipal n.º 8.836, de 10 de Maio de 2006 e alterações posteriores
- Plano Diretor do Município de Santo André
- Lei Municipal 8.696, de 17 de Dezembro de 2004 e alterações posteriores
- Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental – SEMASA
- Lei n.º 7.733, de 14 de Outubro de 1998 e alterações posteriores
- Decreto n.º 16.537, de 17 de julho de 2014 e alterações posteriores.

3. Os demais itens permanecem inalterados.

Santo André, 22 de outubro de 2015

**ANTONIO LEITE DA SILVA**  
**SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO**